



Blog do Deputado Estadual Adriano Diogo

<http://www.adrianoiogo.com.br/noticias/internas/id/1322>

Data - 10.11.2011

McDonalds é denunciado por exploração de trabalho escravo

“Se fosse uma CPI, os senhores não estariam nos enrolando com tanta desfaçatez”, comenta o deputado Adriano Diogo, presidente da Comissão.

Na última quarta, dia 9, a Comissão dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais recebeu os representantes do Sinthoresp (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentação Preparada e Bebida a Varejo de São Paulo e Região) e representantes da Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda., empresa responsável pela franquia McDonald's no Brasil.

A audiência foi aberta com a apresentação de um vídeo com depoimentos de jovens trabalhadores vítimas de exploração de mão de obra em situação análoga ao trabalho escravo. O documentário, produzido pelo Sinthoresp, chamado *Uma Jornada Criminosa*, apresenta as irregularidades cometidas pela rede McDonalds no Brasil. Com duração de 25 minutos, contém denúncias de atos ilegais da rede, irregularidades comportamentais que resulta em práticas criminosas dos patrões, inclusive a “Jornada Móvel e Variável” de trabalho em que trabalhadores chegam a ganhar menos de R\$ 100 por mês.

Chamada de “jornada criminosa”, adotada desde 1995, obriga os jovens a ficarem disponíveis nas lojas do McDonald's em turnos alterados frequentemente e, no entanto, são remunerados apenas pelas horas trabalhadas no atendimento ao consumidor.

Enquanto não estão atendendo, os jovens são entretidos numa sala onde há televisão e acesso à internet. Esta situação faz com que muitos dos trabalhadores recebam, ao final de um mês de trabalho, valores irrisórios. Holerites com ganhos entre R\$ 70 e 200 foram mostrados para corroborar a informação.

Advogados do sindicato afirmaram que com este tipo de jornada o McDonald's deixa o funcionário sem ter conhecimento do quanto trabalhará e, conseqüentemente, do montante que receberá.

Postura evasiva

Segundo Pedro Parisi, diretor de relações governamentais da rede, o McDonald's tem uma política de inclusão do jovem, uma vez que metade de seus funcionários está no primeiro emprego e tem menos de 18 anos. Assegurou que a empresa investe maciçamente em capacitação de seus funcionários e que o objetivo da jornada móvel de trabalho é dar flexibilidade ao jovem que estuda. Exemplo disso seria o fato de que os estudantes são dispensados em semana de prova, quando solicitam.

Disse também que os funcionários são consultados sobre a tabela de jornada de trabalho e, juntamente com o gerente da loja, definem o funcionamento dela. Alegou que desde junho do ano passado foram instalados pontos eletrônicos com sistema biométrico em todos os restaurantes da rede, garantindo absoluto controle das horas trabalhadas, por parte da empresa e dos funcionários.

Indagado de como é possível eles praticarem o pagamento de valores menores do que o estabelecido pela Constituição brasileira, já que o salário mínimo é de R\$ 545,00, o diretor teve postura evasiva e afirmou que faria apuração das denúncias apresentadas.

Depoimentos

Adolescentes presentes na reunião revelaram, de maneira muito emocionada, as situações humilhantes e degradantes que viveram quando eram funcionários da rede.

Outro grande problema enfrentado pelos jovens é a alimentação. Comem o mesmo lanche todos os dias. Kênia Costa, presente a audiência, disse que sofreu uma intoxicação alimentar provocada pela comida oferecida e revelou que o McDonalds comercializa alimento vencido.

As horas extras não recebidas, as longas jornadas de trabalho e pagamentos abaixo do salário mínimo foram relatados por outros jovens. Uma menina de 14 anos, com o rosto coberto e que se identificou como Mônica, afirmou que os aprendizes (jovens com idades que variam de 14 a 16 anos) cumprem jornada à noite e são responsáveis por todas as tarefas das lojas, o que é ilegal.

Apesar de tantos depoimentos, os representantes do Mc Donalds não se pronunciaram. Limitaram-se a dizer que não sabiam das irregularidades e apurariam as denúncias.

Adriano Diogo, presidente da Comissão, foi enfático: “Se fosse uma CPI, os senhores não estariam nos enrolando com tanta desfaçatez”.

Um pedido de CPI para investigar o trabalho escravo já foi protocolado. A proposta de CPI do deputado Carlos Bezerra conta com o apoio de 42 parlamentares, mas atualmente o regimento da Assembleia paulista estabelece que só pode haver simultaneamente cinco CPIs em atividade. No caso da investigação do trabalho escravo no Estado, conforme a regra atual, seria apenas o 16º item da fila. O pedido da sexta CPI está previsto no regimento, em caso de urgência, mas os governistas não querem abrir precedente.